



MAIS UMA VÍTIMA DA MÁ ACTUAÇÃO DA PRM?

## Polícia deve esclarecer caso da mulher encontrada morta horas depois de ter sido detida na Matola



Uma mulher identificada pelo único nome de Benigna foi encontrada morta, na madrugada de sexta-feira, nas proximidades da sua casa, no bairro Machava, Município da Matola, horas depois de ter sido detida por agentes da Polícia por alegada violação as medidas do Decreto 2/2021, de 4 de Fevereiro, no âmbito da Situação de Calamidade Pública.

Segundo escreve o Jornal O País<sup>1</sup>, a vítima teria sido detida na sua residência supostamente por ter mantido o seu estabelecimento comercial aberto depois do horário estabelecido no Decreto Presidencial. O corpo apresentava sinais de agressão, situação que leva os residentes do bairro Machava a suspeitar que a vítima sofreu violação sexual.

<sup>1</sup> <https://opais.co.mz/noticia/mulher-encontrada-morta-em-maputo>

Contactado pela imprensa, Juarce Martins, do Comando da Polícia na Província de Maputo, afirmou que dois indivíduos foram detidos em conexão com o caso. Mas esta informação não é esclarecedora por várias razões, desde logo porque não diz se os detidos são ou não agentes da Polícia. É que a mulher foi encontrada morta horas depois de ter sido detida pela Polícia, o que levanta suspeitas de ter perdido a vida nas mãos das autoridades.

Por isso, o CDD exige que a Polícia investigue e esclareça as circunstâncias em que a mulher perdeu a vida, e que as pessoas envolvidas sejam levadas à justiça para devida responsabilização. Esta não é a primeira vez em que agentes a quem o Estado conferiu a responsabilidade de manter a ordem e segurança públicas são suspeitos de envolvimento na morte de cidadãos que supostamente não estavam a cumprir com as medidas de prevenção da Covid-19.

Durante a vigência de Estado de Emergência em 2020, pelo menos seis pessoas foram assassinadas pela Polícia supostamente porque estavam a violar as medidas restritivas de pre-

venção e combate à Covid-19. As mortes foram registadas nas cidades de Lichinga (Niassa) e Maputo (Maputo) e em Lugela (Zambézia). Esta onda de assassinatos mostra o quanto a Polícia moçambicana faz o uso abusivo da violência física contra cidadãos indefesos, em claro desrespeito pelos direitos humanos, incluindo o direito à vida.

A situação torna-se mais grave e preocupante porque o Presidente da República nunca apareceu, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, a condenar estes actos hediondos em particular, e a actualização violenta da Polícia em geral. Aliás, nos seus relatórios sobre o termo do Estado de Emergência apresentados à Assembleia da República, Filipe Nyusi sempre omitiu informações sobre as violações dos direitos humanos cometidas por elementos das Forças de Defesa e Segurança.

O CDD lamenta a perda de vidas humanas e exige que, caso seja provado o envolvimento da Polícia nesses casos, o Estado assumira a sua responsabilidade civil, reparando os danos causados às famílias das vítimas.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

